



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

49º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

RIO DE JANEIRO (CAPITAL),
NITERÓI, DUQUE DE CAXIAS,
NOVA IGUAÇU E SÃO GONÇALO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2023 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Qual é a principal função do Poder Legislativo no Estado Democrático de Direito?

- a) Executar as leis e garantir a ordem pública.
- b) Interpretar a Constituição e as leis.
- c) Julgar as ações judiciais e aplicar as sanções cabíveis.
- d) Elaborar as leis e fiscalizar a atuação do Poder Executivo.
- e) Representar o Estado perante outras nações e organizações internacionais.

2) Qual o prazo para o Presidente da República sancionar ou vetar um projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo?

- a) 10 dias úteis.
- b) 15 dias úteis.
- c) 30 dias corridos.
- d) 45 dias úteis.
- e) 60 dias corridos.

3) Qual dos seguintes órgãos não faz parte do Poder Judiciário no Brasil?

- a) Supremo Tribunal Federal.
- b) Tribunal Superior Eleitoral.
- c) Tribunal de Contas na União.
- d) Tribunal Regional do Trabalho.
- e) Tribunal de Justiça.

4) Qual o papel da Advocacia-Geral da União?

- a) Consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- b) Análise das leis e decretos antes de serem aprovados pelas Casas Legislativas.
- c) Fiscalização do Poder Judiciário em relação aos demais Poderes.
- d) Representação diplomática da União perante organizações internacionais.
- e) Controle de contas e da aplicação dos recursos públicos.

5) Qual dos seguintes princípios não é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil?

- a) Soberania.
- b) Cidadania.
- c) Dignidade da pessoa humana.
- d) Livre concorrência.
- e) Pluralismo político.

6) Qual das alternativas abaixo apresenta uma afirmativa incorreta sobre o Direito Constitucional Tributário?

- a) A Constituição Federal Brasileira estabelece a repartição de competências tributárias entre os entes federados, atribuindo competências exclusivas, privativas e concorrentes para a instituição de tributos.
- b) Os princípios constitucionais tributários, como a legalidade, a irretroatividade e a anterioridade, são garantias fundamentais dos contribuintes.
- c) A imunidade tributária é uma limitação ao poder de tributar, que impede a instituição de tributos sobre determinadas pessoas, bens ou serviços, previstos na Constituição Federal.
- d) A capacidade contributiva é um princípio constitucional tributário que prevê que os tributos devem ser cobrados de acordo com a capacidade econômica do contribuinte, de forma a garantir a justiça fiscal.
- e) Somente a União Federal tem competência para instituir impostos.

7) Qual das alternativas abaixo apresenta uma afirmativa incorreta sobre a realização do princípio da igualdade material por meio dessas políticas públicas?

- a) As ações afirmativas voltadas para mulheres e negros têm como objetivo a redução das desigualdades sociais e a promoção da inclusão social por meio da oferta de oportunidades iguais para todos.
- b) As cotas raciais em universidades públicas são exemplos de ações afirmativas que visam a corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão social de grupos historicamente discriminados.

- c) A reserva de vagas para mulheres em cargos políticos é uma medida que visa a ampliar a participação feminina na política e combater a sub-representação das mulheres nessa esfera.
- d) A implementação de programas de capacitação e formação profissional para negros é uma ação afirmativa que tem como objetivo reduzir as desigualdades socioeconômicas e promover a inclusão desses indivíduos no mercado de trabalho.
- e) As ações afirmativas voltadas para mulheres e negros violam o princípio da igualdade material, pois conferem privilégios a esses grupos em detrimento de outros indivíduos que não são contemplados por essas políticas.

8) Sobre os direitos fundamentais previstos no art. 5º da Constituição, é correto afirmar que:

- a) O direito à propriedade não é absoluto, devendo observar o atendimento de sua função social quanto ao seu uso, além de ser limitada pelos tributos, desde que estes não tenham natureza confiscatória.
- b) O direito à liberdade de expressão implica na possibilidade de sonegar impostos, como forma de protesto contra a política tributária adotada pelo Estado.
- c) O direito à igualdade implica que todas as pessoas devem pagar a mesma quantia em impostos, independentemente de sua renda ou patrimônio.
- d) O direito à privacidade impede a Receita Federal de investigar e cobrar tributos de pessoas físicas ou jurídicas.
- e) O direito ao contraditório e à ampla defesa se aplica somente às questões de natureza penal, não tendo relação com a cobrança de tributos pelo Estado.

9) A respeito das súmulas vinculantes, é CORRETO afirmar que:

- a) Foi uma das inovações introduzida pela Constituição Federal de 1988, fruto do exercício do poder constituinte originário.
- b) Pode ser aprovada de ofício pelo Supremo Tribunal Federal, mediante decisão de dois terços dos seus membros, desde que observados os demais requisitos previstos na Constituição e na legislação pertinente.
- c) O seu enunciado terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, ao Poder Legislativo e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- d) Lei ordinária não pode ampliar o rol constitucional de legitimados a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante.
- e) O efeito vinculante da súmula tem início com a sua aprovação no plenário do Supremo Tribunal Federal, independentemente de publicação na imprensa oficial.

10) O artigo 102 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro assim dispõe:

“Art. 102 Os Deputados são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. (...) § 2º Desde a expedição do diploma, os membros da Assembleia Legislativa não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Assembleia Legislativa, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão. § 3º Recebida a denúncia contra o Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Tribunal de Justiça dará ciência à Assembleia Legislativa, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação. § 4º O pedido de sustação será apreciado pela Assembleia Legislativa no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora. § 5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.”

Acerca desse dispositivo, é INCORRETO afirmar que:

- a) Configura manifestação do exercício do poder constituinte derivado.
- b) Por força de expressa disposição da Constituição Federal de 1988, as imunidades materiais e formais conferidas aos deputados federais e senadores estendem-se aos deputados estaduais.
- c) A inviolabilidade de opiniões, palavras e votos do deputado estadual não está adstrita territorialmente à circunscrição de seu município.

d) A Constituição estadual pode prever garantias semelhantes ao Governador, dentre as quais a necessidade de prévia autorização da Assembleia Legislativa para instauração de ação penal no Superior Tribunal de Justiça.

e) A imunidade formal prevista no artigo 102, §2º da Constituição do Estado do Rio de Janeiro não impede prisão decorrente de sentença judicial transitada em julgado.

11) O modelo brasileiro de controle de constitucionalidade adota, em regra, o controle de natureza judicial. Existem, porém, hipóteses em que o Poder Legislativo desempenha papel relevante no controle de constitucionalidade. São exemplos desse fenômeno todos os itens abaixo, EXCETO:

a) Manifestação da Comissão de Constituição e Justiça acerca da compatibilidade de projeto de lei com a Constituição Federal de 1988.

b) Rejeição de veto presidencial fundamentado em vício de inconstitucionalidade.

c) Processamento e julgamento de ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.

d) Juízo prévio sobre o atendimento de pressupostos constitucionais de medida provisória adotada pelo Presidente da República.

e) Revogação de lei incompatível com a Constituição Federal de 1988.

12) São direitos e garantias expressamente positivados em um dos incisos do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, EXCETO:

a) nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

b) o direito de herança.

c) o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

d) o direito à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

e) o direito à gratuidade, a todos os brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, sem distinção de qualquer natureza, do registro civil de nascimento.

13) Acerca dos remédios constitucionais, é CORRETO afirmar que:

a) conceder-se-á habeas data para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

b) conceder-se-á habeas data para proteger direito líquido e certo, não amparado por mandado de segurança, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

c) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político, ainda que sem representação no Congresso Nacional.

d) conceder-se-á habeas data para assegurar o conhecimento de informações relativas a qualquer pessoa, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

e) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

14) São tributos que podem ser instituídos pelos Estados da federação, EXCETO:

a) imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.

b) imposto sobre propriedade de veículos automotores.

c) imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

d) contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.

e) taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

15) O artigo 15 da Constituição Federal de 1988 enumera, em seus incisos, hipóteses de perda ou suspensão dos direitos políticos. Nesse contexto, analise as hipóteses abaixo:

I - Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II - Incapacidade civil relativa;

III - Condenação criminal em segunda instância, enquanto durarem seus efeitos;

IV - Recusa de cumprir obrigação a todos imposta, ainda que cumprida prestação alternativa, nos termos do artigo 5º, inciso VIII da Constituição Federal;

V - Improbidade administrativa, nos termos do artigo 37, § 4º da Constituição Federal.

Diante das assertivas acima, assinale a alternativa que indica apenas hipóteses previstas no rol do artigo 15 da Constituição Federal de 1988:

a) II – III – IV

b) I – V

c) I – II – III

d) I – III

e) IV – V

DIREITO CIVIL

16) Dos direitos da personalidade, é CORRETO afirmar que:

a) O Ministério Público pode autorizar a violação da vida privada de pessoa natural em sede de investigação criminal.

b) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

c) O pseudônimo não goza da mesma proteção que se dá ao nome.

d) É vedado o ato de disposição gratuita do próprio corpo.

e) O ato de disposição gratuita do próprio corpo, com objetivo científico, ou altruístico, é irrevogável.

17) Diferentemente das pessoas naturais, a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro. Sobre o tratamento legal que o Código Civil dá às pessoas jurídicas, é INCORRETO afirmar que:

a) São inaplicáveis às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade.

b) A pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores.

c) Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.

d) O registro declarará a denominação, os fins, a sede, o tempo de duração e o fundo social, quando houver.

e) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

18) Mévio exerce profissionalmente atividade de tradução de livros na cidade do Rio de Janeiro. Possui atualmente 15 empregados. Ele mesmo já não traduz livros, porque se mantém integralmente ocupado com a organização de seu negócio. Ele pretende expandir suas atividades. Para isso, quer vender o imóvel onde a atividade se realiza e adquirir uma unidade imobiliária maior. Também deseja abrir uma filial na cidade de São Paulo. Mévio é casado com Maria sob o regime de comunhão parcial de bens.

Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Mévio é obrigado a se inscrever no Registro Público de Empresas Mercantis.

b) A alienação do imóvel depende da anuência de Maria.

c) Ao abrir uma filial em São Paulo, Mévio terá que inscrevê-la no Registro Público de Empresas Mercantis da capital paulista, além de ser obrigado a averbar a constituição da filial no Registro Público de Empresas Mercantis do Rio de Janeiro.

d) Mévio pode criar sociedade empresária para o exercício da atividade econômica descrita no enunciado da questão, inclusive tendo por sócia Maria.

e) Se Mévio e Maria se divorciarem judicialmente, os seus efeitos apenas serão oponíveis em face de terceiros depois do arquivamento e averbação da respectiva sentença no Registro Público de Empresas Mercantis.

19) Acerca do regramento que o Código Civil institui sobre o domicílio, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- b) Não é considerado domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
- c) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.
- d) Os domicílios dos Estados são as respectivas capitais.
- e) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar.

20) Sobre os bens e sua classificação pelo Código Civil, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem, perdem o caráter de bens imóveis.
- b) Consideram-se móveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- c) Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- d) São imóveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- e) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.

21) O Código Civil de 2002 dispõe sobre os fatos jurídicos e, dentre eles, sobre os negócios jurídicos. Acerca destes, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
- b) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se extensivamente.
- c) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- d) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- e) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

22) Orlando doa estimado veículo antigo a seu neto e insere no instrumento de doação a necessidade de que seu neto mantenha as características originais do bem. O elemento acidental do negócio jurídico aqui descrito é:

- a) Encargo.
- b) Condição suspensiva.
- c) Condição resolutiva.
- d) Termo inicial.
- e) Termo final.

23) Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Caio, pessoa leiga e pobre, celebra contrato de compra e venda de imóvel, apesar de ser possuidor dele por muitos anos e já o ter usucapido ao tempo do negócio. Trata-se de erro substancial.
- b) Marcos aliena para Leandro uma moto elétrica. Para convencer Leandro a fechar o negócio, Marcos afirma que sua condução independe de habilitação de trânsito do tipo A, apesar de saber que a potência do veículo supera os limites definidos pelo Conselho Nacional de Trânsito para dispensa da habilitação. Leandro apenas celebrou o contrato porque pensava ser desnecessária a habilitação. Trata-se de dolo principal.
- c) Pedro, morador de Volta Redonda, tem pane em seu carro no trajeto para Niterói, cidade na qual será realizado concurso público para ingresso em uma carreira muito desejada. Desesperado, contrata um mecânico por valor excessivamente superior ao mercado. O negócio é anulável, salvo se o mecânico concordar em reduzir o proveito obtido.
- d) Clara desconhece a insolvência de Raimundo. Este último doa para Clara seu imóvel. O negócio pode ser invalidado por requerimento do Ministério Público.
- e) Joana leva sua filha, vítima de um atropelamento, ao hospital mais próximo do local do acidente e concorda em pagar preço desproporcional pelo tratamento médico de urgência. É de quatro anos o prazo de decadência para se pleitear a anulação do negócio jurídico.

24) De acordo com o Código Civil de 2002, em matéria de responsabilidade civil, é **CORRETO** afirmar que:

- a) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.
- b) Aquele que habitar prédio, ou parte dele, não responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido se comprovar que não estava no local no momento do dano.
- c) São responsáveis pela reparação civil os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- d) Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, estará excluído o dever de indenizar.
- e) A prisão ilegal, quando fundamentada em sentença, não gera pretensão indenizatória, pois não é considerada ofensiva à liberdade pessoal.

25) Durante operação de combate ao crime organizado, uma viatura da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro colide com o veículo de Ronaldo que se encontrava estacionado em local regular. A colisão resultou em danos materiais. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A pretensão de Ronaldo está sujeita a prazo prescricional de três anos.
- b) Se Ronaldo estiver servindo às Forças Armadas, em tempo de guerra ou de paz, o prazo prescricional não corre.
- c) Ronaldo poderá exercer sua pretensão em face tanto do Estado como do policial militar que conduzia a viatura.
- d) A pretensão de Ronaldo está sujeita a prazo decadencial de cinco anos.
- e) Se a prescrição não for alegada pelo Estado na contestação da ação indenizatória, poderá ser em sede de apelação.

26) **NÃO** exclui a responsabilidade civil por ato comissivo de concessionária de serviço público:

- a) Culpa.
- b) Caso fortuito.
- c) Força Maior.
- d) Fato de terceiro.
- e) Fato exclusivo da vítima.

27) Acerca da obrigação de dar coisa certa, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A obrigação de dar coisa certa abrange as pertencas, ainda que não mencionadas expressamente, por força do princípio da gravitação jurídica.
- b) Se a coisa perecer, sem culpa do devedor, antes da tradição, o devedor responderá pelo equivalente e mais perdas e danos.
- c) Se a coisa se deteriorar, sem culpa do devedor, o credor poderá aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- d) Os frutos percebidos até a tradição da coisa e os pendentes são do devedor.
- e) O devedor não poderá exigir aumento no preço em razão dos melhoramentos na coisa realizados até a tradição.

28) Uma das formas de extinção das obrigações é a novação. Acerca do tratamento da novação pelo Código Civil de 2002, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Dá-se a novação quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.
- b) Dá-se a novação quando novo devedor sucede ao antigo, ficando este quite com o credor.
- c) Dá-se a novação quando, em virtude de obrigação nova, outro credor é substituído ao antigo, ficando o devedor quite com este.
- d) Salvo as obrigações simplesmente anuláveis, não podem ser objeto de novação obrigações nulas ou extintas.
- e) A novação por substituição do devedor depende do consentimento deste.

29) O Código Civil dispõe que se considera em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer. No que concerne ao regulamento legal da mora, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Mesmo não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, incorre este em mora pelo não pagamento no prazo estabelecido.
- b) O devedor em mora não responde pela impossibilidade da prestação, se essa impossibilidade resultar de caso fortuito ou de força maior durante o atraso, independentemente de prova de isenção de culpa, ou de que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada.
- c) Purga-se a mora, por parte do devedor, oferecendo este a prestação mais a importância dos prejuízos decorrentes do dia da oferta.
- d) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde a interpelação judicial.
- e) Não havendo termo, a mora não se constitui.

30) Uma distribuidora de combustível celebrou contrato de fornecimento a um posto, com cláusula que obrigava o promitente-comprador a adquirir quantidades mínimas mensais de combustível. A distribuidora, ao longo de muitos anos, nunca exigiu o cumprimento da referida cláusula. Passados seis anos, a distribuidora ajuizou ação contra o posto para cobrar multa em razão da violação da mencionada cláusula. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a pretensão da distribuidora é obstada, em razão do(a):

- a) Princípio da relatividade contratual.
- b) Pacta sunt servanda.
- c) Função social do contrato.
- d) *Supressio*.
- e) Equilíbrio contratual.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31) O Estado do Rio de Janeiro propôs ação indenizatória contra dois servidores públicos, em razão de condução negligente de uma viatura, circunstância que findou lesionando uma pessoa e danificando o próprio veículo. O juiz, no momento do saneamento do processo, excluiu um dos servidores da demanda, argumentando que seria parte ilegítima para nela figurar. Na mesma decisão, o magistrado determina o prosseguimento do feito apenas em relação a um dos servidores e designa audiência de instrução, para oitiva de testemunhas. Em relação ao caso narrado, é **correto** afirmar:

- a) Se pretende impugnar a referida decisão, deve o Estado interpor imediatamente recurso de apelação, por se tratar de uma sentença parcial, não se tratando, outrossim, de decisão que comporta recurso de agravo de instrumento.
- b) A matéria somente será impugnável ao fim do processo de conhecimento, mediante recurso de apelação contra a sentença que apreciar a lide em face do litisconsorte que permaneceu no processo.
- c) A decisão que excluiu o litisconsorte é imediatamente impugnável por meio de recurso de agravo de instrumento, sendo incabível, porém, a atribuição de efeito suspensivo.
- d) A decisão que excluiu o litisconsorte é imediatamente impugnável por meio de recurso de agravo de instrumento, podendo o relator, a requerimento do Estado, atribuir efeito suspensivo ao recurso.
- e) A referida decisão somente é impugnável na via da ação rescisória, após o trânsito em julgado do processo, eis que ausente previsão de recurso, no sistema do CPC/2015, para contrastar imediatamente esse tipo de decisão.

32) Contra a decisão do juiz de direito que, em primeiro grau de jurisdição, julga uma impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pelo Estado, caberá recurso de:

- a) Apelação, se o processo for extinto, ou de agravo de instrumento, se o processo prosseguir.
- b) Agravo de instrumento, em qualquer caso.
- c) Apelação, em qualquer caso.
- d) Agravo de instrumento, se o recorrente demonstrar urgência.
- e) Apelação, sempre que o juiz acolher a impugnação do executado.

33) A respeito da tutela provisória, analise as proposições abaixo e indique a única alternativa correta:

I – A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou em evidência.

II – A tutela provisória de urgência, sinônimo de tutela cautelar, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

III – A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.

IV – A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.

a) I e IV são verdadeiras, II e III são falsas.

b) I, II e IV são verdadeiras, III é falsa.

c) I, III e IV são verdadeiras, II é falsa.

d) III e IV são verdadeiras, I e II são falsas.

e) I, II e III são verdadeiras, IV é falsa.

34) Sobre as nulidades no direito processual civil, assinale a alternativa incorreta:

a) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

b) Pelo princípio do interesse, a nulidade não pode ser alegada pela parte que deu causa ao vício, tratando-se de diretriz diretamente relacionada à boa-fé processual.

c) Ao pronunciar a nulidade, o juiz deve especificar quais atos processuais serão atingidos, ordenando ainda as providências necessárias a fim de que sejam repetidos ou retificados.

d) Pelo princípio da prevalência da decisão de mérito, quando o juiz puder decidir, no mérito, a favor da parte a quem aproveitaria a decretação de nulidade, poderá superar o vício formal e avançar sobre as questões de fundo.

e) O erro de forma, porquanto insanável, implica a anulação de todo o processo, tratando-se de exceção à diretriz de instrumentalidade das formas.

35) No que diz respeito aos honorários advocatícios, é correto afirmar:

a) A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor, desde que haja requerimento neste sentido no texto da petição inicial.

b) São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.

c) Nas causas em que for parte a Fazenda Pública, é incabível a fixação de honorários advocatícios, tratando-se de exceção legalmente prevista.

d) Os honorários advocatícios pertencem de direito à parte autora ou ré, cabendo-lhe, porém, repassar os valores aos advogados, nos termos do contrato de prestação de serviço celebrado, que apresenta eficácia executiva.

e) Em caso de desistência, renúncia ou reconhecimento do pedido, as partes ficam dispensadas do pagamento de honorários advocatícios, desde que o ato ocorra antes da sentença.

36) Com relação às prerrogativas da Fazenda Pública, é correto afirmar que:

a) Há prazo em dobro para todas as manifestações da União, Estados e Municípios, bem como das respectivas autarquias, mas não das fundações de direito público.

b) A contagem do prazo para a manifestação da Fazenda Pública terá início da sua intimação pessoal.

c) A intimação por carga não é considerada intimação pessoal.

d) Aplica-se o benefício da contagem em dobro ainda que a lei estabeleça, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.

e) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.

37) Sobre os princípios que regem o direito processual civil, assinale a alternativa incorreta:

a) O princípio do contraditório garante às partes o direito de participar do processo e influenciar a decisão do juiz.

b) De acordo com o princípio da duração razoável do processo, as partes têm direito de obter em prazo razoável a solução integral da lide, incluída a atividade satisfativa.

c) O princípio da igualdade processual garante paridade de tratamento às partes.

d) Pelo princípio da não surpresa, o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

e) O princípio da boa-fé processual é destinado a todos os agentes processuais, partes, advogados, auxiliares da Justiça, inclusive ao juiz.

38) No que tange à resposta do réu, assinale a alternativa correta:

a) O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 20 (vinte) dias, cujo termo inicial será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição.

b) Incumbe ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, ainda que não seja admissível, a seu respeito, a confissão.

c) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

d) Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, este será ouvido no prazo de 15 (quinze) dias, não sendo permitida a produção de prova.

e) O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.

39) Acerca do regramento dos recursos, assinale a alternativa incorreta:

a) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.

b) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

c) O recurso adesivo será admitido na apelação, no agravo de instrumento, no recurso extraordinário e no recurso especial.

d) O prazo para interposição de recurso conta-se da data em que os advogados, a sociedade de advogados, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública ou o Ministério Público são intimados da decisão.

e) No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.

40) A respeito das modalidades de intervenção de terceiros, assinale a alternativa incorreta:

a) Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente sempre que a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.

b) Admite-se a denunciação sucessiva da lide, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, podendo o denunciado sucessivo promover nova denunciação.

c) O chamamento ao processo deve ser requerido pelo réu.

d) O incidente de desconconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

e) O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

LÍNGUA PORTUGUESA

Carta ao jovem profissional jurídico

Charles Giacomini*

Às vésperas de completar 20 anos de graduação em direito e 10 anos de magistratura federal, já me sinto “velho” o suficiente para dar alguns conselhos aos mais jovens. Isso porque, se eu tivesse a máquina do tempo, faria algumas coisas de forma um pouco diferente. É uma visão amadurecida daquelas experiências iniciais. São sete conselhos.

1 - Saboreie a leitura daquele livro basilar que está nas recomendações bibliográficas da sua matéria de estudo. Ele não está ali por acaso, mas para apresentar a você a visão tradicional de uma área do conhecimento. Com o tempo você verá que o mais importante nem era o conteúdo em si, mas a etapa da vida. Com os olhos de hoje, neste mundo cada vez mais acelerado, são deliciosas as memórias que tenho da leitura de autores como Washington de Barros Monteiro ou Hely Lopes Meirelles, leituras feitas nas mesas da biblioteca da universidade ou sob a sombra das árvores do campus – mesmo que muitas dessas

leituras tenham sido feitas poucas horas antes de uma prova decisiva. Dificilmente você vai viver este tipo de sensação novamente depois de alguns anos de carreira. É algo próprio à juventude. E deixará saudades.

2 - Faça o que for preciso para acumular as suas primeiras experiências práticas. O mundo jurídico é teórico, com certeza, mas as habilidades práticas são fundamentais para você não “travar” nos primeiros anos de atuação profissional. Nada é melhor do que se formar já com algumas experiências, como um estágio em um órgão público ou a atuação voluntária em algum escritório, ainda que seja para fazer o que ninguém mais quer. Pelo menos, você estará lá, observando, ouvindo, aprendendo, fazendo contatos, eventualmente se apaixonando (por assuntos ou pessoas), e minimizará a sensação de despreparo que costuma assombrar o jovem profissional. São experiências de vida. Não há desculpas. Se você não encontrar absolutamente nenhuma oportunidade, vá até o fórum mais próximo, disfarce no corredor das audiências como se estivesse esperando alguém e tente se enfiar em qualquer lugar onde esteja acontecendo alguma coisa. Peça sempre licença e leve um livro ou uma constituição federal de emergência para eventuais momentos de tédio.

3 - Eleja uma área para chamar de sua. Na atividade jurídica, é bom saber um pouco de tudo, mas é valioso “saber tudo” de um pouco, de um assunto em especial. Ninguém consegue ser bom em tudo, mas é péssimo não ser bom em nada. Se você ainda não tem clareza sobre quais serão as suas especialidades (não precisa ser necessariamente apenas uma), então trate de priorizar esta definição, pois a mediocridade generalizada não é exatamente um destaque curricular. Além disso, a eleição de uma área como sua especialidade é uma estratégia naturalmente eficaz contra o “terror” do jovem acadêmico: a barreira inicial para a produção científica. Realmente, é difícil escrever um TCC, um artigo científico ou uma dissertação de mestrado se você não tem maior intimidade com nenhuma área. Vai escrever com propriedade sobre o quê? Lembre-se: mesmo que você não tenha maiores aspirações acadêmicas, precisará saber escrever bem e a produção de alguns ensaios científicos é uma excelente oficina para isso. Contraindico enfaticamente que os seus primeiros textos sejam as suas manifestações processuais.

4 - Tenha consciência de que você ainda é um aprendiz. É claro que é importante ter – e demonstrar – confiança, mas é bonito ver um jovem reconhecer que ainda tem muito a aprender, portando-se com o que eu gosto de chamar de “humildade curiosa”, aquela disposição para ouvir mais do que falar. Aliás, é ditado popular: nessa vida, quanto menos se fala, menos se erra. E dificilmente você vai pronunciar a sua obra-prima aos vinte e poucos anos. Então, primeiro ouça, mas não desperdice oportunidades de ser útil e prestativo nos assuntos que costumam ser favoráveis aos mais jovens, como o uso de tecnologias. Será uma troca muito interessante, um típico ganha-ganha, e é sempre uma boa ideia ser aquela “pessoa de confiança para assuntos tecnológicos” de um experiente profissional jurídico que já não tem na visão de curta distância o seu melhor atributo.

5 - Habitue-se a pensar no longo prazo. O tempo é relativo, sabemos todos, mas isso não muda o fato de que, na experiência de uma vida humana, quando você piscar os olhos, terão passado dez anos. Pisque mais uma vez, e terão sido vinte. Para os cinquenta, é só mais um pulinho. Como dimensionar isso na carreira jurídica? Bem, se o seu sonho é advogar e você vier a receber de um escritório consagrado a promessa de uma participação inicial na sociedade depois de cinco anos como um modesto contratado, entenda isso como um grande elogio. O mesmo vale para a carreira pública: para quem pretende ser juiz, por exemplo, cinco anos é um prazo normal para se tornar competitivo nas provas. Eu mesmo levei dez anos para ingressar na carreira, estudando com seriedade durante todo este período. Exceções existem, é claro. Você pode ser de uma família de advogados e ter um espaço digno no escritório desde cedo, ou pode ter no seu círculo pessoal alguém que o inspire e direcione ao serviço público ainda na graduação. Mas o normal é que as grandes conquistas tenham um certo tempo de maturação. Minha dica: semeie, cultive com zelo e seja paciente. A constância costuma dar melhores resultados do que os esforços intensos de curto prazo.

6 - Esteja na vanguarda. Olhe para a frente, buscando enxergar longe. Esta postura converge com o conselho anterior, pois o tempo segue uma marcha implacável e quem primeiro reconhece as tendências do amanhã sai na vantagem. Preserve suas boas memórias, mas não deixe a nostalgia paralisá-lo. Não seja o saudosista lamentoso que deseja impedir o curso natural das coisas. Ainda: não postergue as tarefas de atualização e reciclagem, principalmente quando o assunto envolve tecnologia. Passe os olhos o quanto antes naquela novidade que você ouviu falar: metaverso, *blockchain*, Justiça 4.0, *lawtechs* em geral. Isso minimiza tanto receio do desconhecido quanto a ansiedade do “ainda falta fazer” – e evita constrangimentos em conversas inesperadas.

7 - Comece antes de estar pronto. A vida colocará no seu caminho oportunidades desafiadoras. Você será convidado a participar de um grupo de estudos; a escrever um artigo em coautoria; a expor um tema em

um painel; a auxiliar numa tradução; a ser um conciliador voluntário eventual; ou para dar uma aula, por exemplo. Muitas pessoas recuam diante dessas oportunidades, acreditando não estarem suficientemente preparadas. “Estou sem tempo”, dirão. Ou ainda: “não quero fazer algo superficial”. Para com isso. É melhor o feito do que o perfeito. Quer a prova? Você provavelmente encontrará algum erro gramatical neste texto, que foi escrito no ritmo da vida (dentro de um avião), mas ele existe e não ficou eternamente retido no meu pensamento! Então, vai lá e encara o seu desafio. Enquanto você fica pensando, outro foi lá e já fez. Tempo ninguém tem nessa vida moderna. O negócio é colocar o compromisso na agenda e depois correr atrás de cumpri-lo. Costuma dar certo, mas, se não funcionar de primeira, ainda assim está tudo bem. Pelo menos, você tentou. Não tenha medo de falhar.

Fonte: <https://www.conjur.com.br/2023-jan-29/segunda-leitura-carta-jovem-profissional-juridico>
Charles Giacomini é juiz federal em Itajaí (SC), mestre em Ciência Jurídica (Univali), especialista em Direito Público, professor de Direito Econômico, Direito Internacional e formação humanística na Escola da Magistratura Federal de Santa Catarina (Esmafesc).

41) No texto, há a predominância de uma linguagem que se caracteriza por sua função eminentemente:

- a) metalinguística.
- b) emotiva.
- c) fática.
- d) conativa.
- e) referencial.

42) O texto utiliza-se de uma estratégia enunciada logo no primeiro parágrafo, que se constitui basicamente em uma:

- a) argumentação centrada na autoridade.
- b) argumentação firmada no pragmatismo.
- c) argumentação com base na reciprocidade.
- d) argumentação fundada no senso comum.
- e) argumentação apoiada em silogismos.

43) Considere as seguintes frases, extraídas do texto:

I- “... nessa vida, quanto menos se fala, menos se erra” (Item 4).

II- “... o tempo segue uma marcha implacável...” (Item 6).

III- “Tempo ninguém tem nessa vida moderna” (Item 7).

Tendo em vista a utilização de operadores argumentativos que as reúnam em um único período e observando as adaptações gramaticais necessárias, assinale a opção em que o resultado não estabeleça uma ordem lógica, coerente e coesa:

- a) O tempo, que ninguém tem nessa vida moderna, segue uma marcha implacável, portanto, quanto menos se fala, menos se erra.
- b) Nessa vida moderna, quanto menos se fala, menos se erra, porque o tempo, que ninguém tem, segue uma marcha implacável.
- c) O tempo que ninguém tem segue uma marcha implacável, embora, nessa vida moderna, quanto menos se fala, menos se erra.
- d) Tempo ninguém tem nessa vida moderna, na qual quanto menos se fala, menos se erra, já que ele segue uma marcha implacável.
- e) Nessa vida moderna, quanto mais o tempo que ninguém tem segue uma marcha implacável, menos se fala e menos se erra.

44) “Aliás, é ditado popular: nessa vida, quanto menos se fala, menos se erra” (Item 4) – Índice de indeterminação do sujeito.

Selecione o item no qual a palavra “se” tem a mesma função que a encontrada no trecho destacado acima:

- a) “Realmente, é difícil escrever um TCC, um artigo científico ou uma dissertação de mestrado se você não tem maior intimidade com nenhuma área” (Item 3).
- b) “O mesmo vale para a carreira pública: para quem pretende ser juiz, por exemplo, cinco anos é um prazo normal para se tornar competitivo nas provas” (Item 5).

- c) “Isso porque, se eu tivesse a máquina do tempo, faria algumas coisas de forma um pouco diferente” (Item 1).
- d) “Costuma dar certo, mas, se não funcionar de primeira, ainda assim está tudo bem” (Item 7).
- e) “Nada é melhor do que se formar já com algumas experiências...” (Item 2).

45) São diversas as funções sintáticas exercidas pela palavra “que” na construção de enunciados e seus significados. Em “Vai escrever com propriedade sobre o quê?” (Item 3), por exemplo, o vocábulo representa um pronome interrogativo. Assinale a opção cuja função do “que” esteja definida incorretamente:

- a) Quê?! Você não tem uma área para chamar de sua? – Interjeição empregada para indicar surpresa, espanto, admiração, perplexidade.
- b) O livro basilar que está nas recomendações bibliográficas da sua matéria de estudo. – Pronome relativo que pode ser substituído por “o qual”.
- c) Preserve boas memórias, mas não deixe um quê de nostalgia atrasar sua caminhada. – Substantivo, núcleo do adjunto adnominal de um dos termos da oração.
- d) Não seja o saudosista lamentoso que deseja impedir o curso natural das coisas. – Conjunção coordenativa explicativa.
- e) Aquela disposição para ouvir mais do que falar. – Conjunção subordinativa comparativa.

46) De forma análoga, considerando as mesmas frases e opções da questão anterior, percebe-se que a palavra “que” também possui variantês quanto às regras de acentuação, em razão de sua função morfológica no enunciado. Nesse caso, em relação às sentenças abaixo, não é correto afirmar:

- a) Quê?! Você não tem uma área para chamar de sua? – Acentua-se por se tratar de uma interjeição que é, também, um monossílabo tônico.
- b) O livro basilar que está nas recomendações bibliográficas da sua matéria de estudo. – Não se acentua por ocupar a função de pronome substantivo e/ou pronome adjetivo no enunciado.
- c) Preserve boas memórias, mas não deixe um quê de nostalgia atrasar sua caminhada. – Acentua-se por vir precedido de artigo indefinido e por ocupar a função de um nome na oração.
- d) Não seja o saudosista lamentoso que deseja impedir o curso natural das coisas. – Não se acentua quando liga orações sintaticamente independentes.
- e) Aquela disposição para ouvir mais do que falar. – Não se acentua quando faz parte de uma locução prepositiva.

47) Em “Esta postura converge com o conselho anterior...” (Item 6), o verbo destacado tem o mesmo sentido de:

- a) confutar.
- b) ratificar.
- c) ressaltar.
- d) coincidir.
- e) compreender.

48) Em relação ao emprego adequado do hífen, com base nas regras do Novo Acordo Ortográfico, indique a opção abaixo que apresenta uma análise incorreta:

- a) “Contraindico enfaticamente que os seus primeiros textos sejam as suas manifestações processuais” (Item 3) – O prefixo “contra” recebe hífen apenas quando o segundo elemento se inicia por “a” ou “h”. Quando iniciado pelas consoantes “r” ou “s”, será necessário dobrá-las.
- b) “E dificilmente você vai pronunciar a sua obra-prima aos vinte e poucos anos” (Item 4) – Palavra composta por um substantivo acrescido de um adjetivo, “obra-prima” requer hífen, assim como “altas-horas” e “alto-relevo”.
- c) “Será uma troca muito interessante, um típico ganha-ganha...” (Item 4) – Palavras repetidas, com ou sem alternância vocálica ou consonântica, recebem hífen, como “pingue-pongue”, “zigue-zague”, “lero-lero”, “corre-corre” e “esconde-esconde”.
- d) “Passe os olhos o quanto antes naquela novidade que você ouviu falar: metaverso, *blockchain*, Justiça 4.0, *lawtechs* em geral” (Item 6) – O prefixo “meta” obedece à mesma regra de “contra”, gerando, por exemplo, “metacrítico”, “meta-história” e “metarreflexão”.

e) “Você será convidado a participar de um grupo de estudos; a escrever um artigo em coautoria...” (item 7) – O prefixo “co” receberá hífen apenas quando a segunda palavra começar com “h”. Tal regra tem encontrado resistências, por esse motivo temos palavras como coabitar e coerdeiro.

49) Nos seguintes trechos, extraídos do texto, não se observa a utilização do acento grave indicador de crase:

- “Ele não está ali por acaso, mas para apresentar a você a visão tradicional de uma área do conhecimento” (Item 1).

- “Isso minimiza tanto receio do desconhecido quanto a ansiedade do ‘ainda falta fazer’...” (Item 6).

- “Você será convidado a participar de um grupo de estudos...” (Item 7).

Quanto ao emprego da crase, é **obrigatório** em:

a) A medida que o tempo passa, você verá que o mais importante nem era o conteúdo em si;

b) No que tange a qualquer iniciativa profissional inicial, nada é melhor do que um estágio em um órgão público ou a atuação voluntária em algum escritório;

c) O autor do texto demonstra sua admiração a Hely Lopes Meirelles;

d) De antemão, é aconselhável a quem ingressar na carreira a leitura de obras basilares da área do Direito;

e) A chegada dos cinquenta anos é daqui a pouco.

50) A carta pessoal, evocada pelo autor no título do artigo, e a carta-circular são representativas de um gênero textual que visa a estabelecer uma comunicação direta entre um emissor/remetente e um receptor/destinatário. Embora compartilhem elementos formais e estruturais em comum, ambas diferem quanto ao contexto em que se inserem, ao conteúdo veiculado e à modalidade de linguagem que se institui entre os interlocutores. Nesse sentido, tendo em vista os padrões normativos determinados pela redação oficial, indique a opção **correta**:

a) Diferente da carta pessoal, direcionada a um único interlocutor, a circular, como o próprio nome indica, busca atingir um número maior de receptores, portanto, preocupa-se exclusivamente com a clareza das informações em detrimento da formalidade com que se dirige aos destinatários.

b) Quanto aos aspectos formais, a circular precisa apresentar, entre outros elementos, o timbre, o título, a data e a ementa, não havendo necessidade de ser numerada por tratar-se de um documento de caráter simplificado.

c) O texto da carta-circular precisa ser impessoal, claro e conciso, transmitindo a informação de forma rápida, com a menor quantidade de palavras possível.

d) Dispensada a observação hierárquica para tal, qualquer autoridade poderá elaborar uma carta-circular.

e) O vocativo está presente na carta pessoal, mas não deve ser empregado na carta-circular, dado o cunho obrigatoriamente impessoal do texto.

